Presidência**PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 141, DE 16 DE MAIO DE 2025.**

Altera a Portaria Presidência nº 398/2024, que institui Grupo de Trabalho sobre Métodos e Critérios de Avaliação Qualitativa da Atuação do Poder Judiciário.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o contido no processo SEI/CNJ nº 16227/2024,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 3º da Portaria Presidência nº 398/2024 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

Art. 3º

XIII – Andréa Maciel Pachá, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Secretária-Geral do Tribunal Superior Eleitoral;

XIV – Raquel Barofaldi Bueno, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

Secretaria Geral**Secretaria Processual****PJE****INTIMAÇÃO**

N. 0002416-91.2025.2.00.0000 - RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - A: EDGARD TADEU DE ALMEIDA GUARDA. Adv(s): Nao Consta Advogado. R: INGO JÜRGEN GIULIANO SCORCIAPINO. Adv(s): Nao Consta Advogado. R: RODRIGO FACCIO DA SILVEIRA. Adv(s): Nao Consta Advogado. R: LIZANDRA MARIA LAPENNA PECANHA. Adv(s): Nao Consta Advogado. Autos: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - 0002416-91.2025.2.00.0000 Requerente: EDGARD TADEU DE ALMEIDA GUARDA Requerido: INGO JÜRGEN GIULIANO SCORCIAPINO e outros EMENTA RECURSO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO NO RECURSO DE RESTRIÇÃO DE DIREITO OU PRERROGATIVA. RECURSO EM DESACORDO COM O ART. 115, § 1º, DO RICNJ. INDEFERIMENTO. DECISÃO Trata-se de recurso administrativo apresentado pelo Condomínio Residencial Palazzo Di Roma no qual visa à reforma do arquivamento deste expediente de reclamação disciplinar declarado por decisão à Id 6013125, cuja ementa segue transcrita: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. DUPLICIDADE APURATÓRIA. LITISPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA. ART. 8º, INCISO I, DO RICNJ. ARQUIVAMENTO SUMÁRIO. Na petição do recurso administrativo, além do pedido de retificação de erro material, defende que (ID 6020830): A decisão proferida em 13/05/2025 menciona, como fundamento para o arquivamento sumário, que "estes autos se referem a fatos que ensejaram a apresentação da RD 0007387-90.2003.2.00.0000", dando a entender que haveria litispendência administrativa com processo anterior. Contudo, Excelência, é imprescindível esclarecer e reafirmar que o Requerente não possui qualquer ligação com a mencionada RD 0007387-90.2003.2.00.0000, jamais tendo participado, assinado ou sequer tido ciência oficial de sua existência. Trata-se de procedimento completamente estranho ao ora Reclamante e às 64 famílias que representa. Assim, não se pode falar em duplicidade apuratória, pois os fatos aqui trazidos são atuais, autônomos e documentados com provas novas, inclusive denúncias e laudos técnicos recentes. É o relatório. Passo a decidir. Dispõe o artigo 115, § 1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça - RICNJ, que "são recorríveis apenas as decisões monocráticas terminativas de que manifestamente resultar ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa" (grifei) ao interessado. E mais, nos termos do § 2º do mesmo artigo 115, "O recurso será apresentado, por petição fundamentada, ao prolator da decisão atacada (...)". A reforma da ordem de arquivamento não é devida, pois a argumentação indicada na irrisignação do requerente não revela inadequação ou equívocos na fundamentação da decisão impugnada. É possível inferir das normas supracitadas que o recorrente possui o ônus processual de demonstrar, de forma precisa e clara, como a decisão recorrida lhe impôs prejuízo manifesto. Sem essa descrição dialética, típica de um recurso, impugnando de forma direta e fundamentada a decisão recorrida, acaba-se por concluir que carece a parte de interesse recursal, em sua modalidade adequação. A decisão impugnada foi proferida a partir da aferição de que estes autos encontram óbice de litispendência. Apesar das teses do recorrente, não é possível desvincular estes autos com a RD 0007387-90.2003.2.00.0000. A esse respeito, a decisão ora recorrida (Id 6013125): Estes autos se referem a fatos que ensejaram a apresentação da RD 0007387- 90.2003.2.00.0000. A rigor, a petição inicial desta nova reclamação disciplinar objetiva o reexame de